

*Planos para
verbaes*

O Projeto Terra

WANIA MALHEIROS

Aos poucos, como convém às grandes ações, o Projeto Terra - Programa de Recuperação Urbânica e Social das Áreas Degradadas de Vitória - vai se instalando e ganhando as ruas, ou melhor, os morros. Sua primeira aparição formal ocorreu numa audiência pública na Câmara Municipal de Vitória, em setembro do ano passado. Por essa época, algumas comunidades já conviviam com suas intervenções pontuais, que se iniciaram nas primeiras semanas do Governo Luiz Paulo.

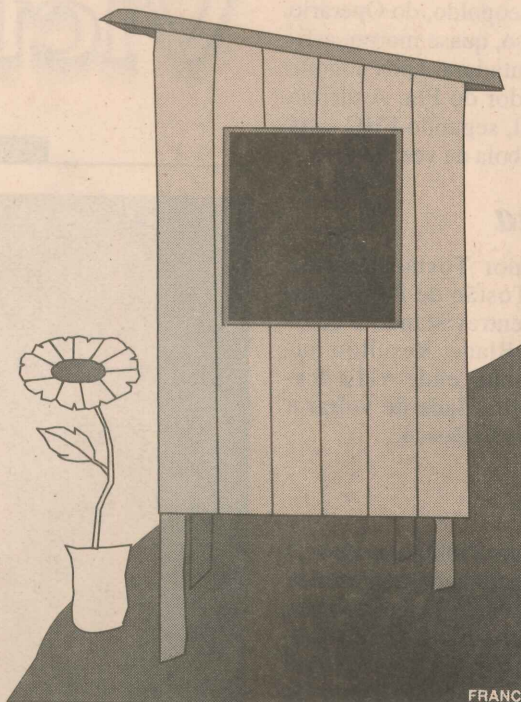
O lançamento oficial do Projeto Terra, no último dia 14, quando o prefeito de Vitória assinou o decreto instituindo a licitação das obras, marcou, na letra da lei, a diretriz social e a inserção mundial da administração Luiz Paulo. Ação prioritária da atual administração municipal, o Projeto Terra imprime à política social no município um caráter de abrangência e vigor somente possível por se tratar de um projeto cujos conceitos e dinâmica estão inscritos no concurso mundial de modernização das políticas públicas de cunho social, como uma atribuição do poder local, principal instrumento de combate à pobreza e difusão da cidadania.

A natureza do Estado é por definição abstrata. São os governos que lhe dão concreteness. Os governos extensos, de ampla competência jurisdicional, não cumprem esse papel, favorecendo uma relação etérea entre Estado e sociedade. A distância dos indivíduos dilui os resultados das medidas governamentais. Mesmo quando tais medidas são verdadeiras, elas caem no campo da abstração, da silhueta, dada a impossibilidade lógica e física de tratarem-se grandes questões nos seus traços finos.

A qualidade e a legitimidade dos grandes estados nacionais não perdem lugar nessa formulação, pois a eles cabe o papel intransferível da constituição da nação e da garantia das normas de paz e progresso, entre outras. Mas perde sentido o princípio de políticas sociais centralizadas assumidas à revelia das realidades e necessidades locais.

Quando, há dois séculos, Alexis de Tocqueville defendeu a organização da sociedade norte-americana - assentada em governos descentralizados e fortemente informados pelas demandas das associações civis - como modelo de democracia em oposição ao centralismo nacional que orientava a então recente constituição do Estado Republicano francês, ele profetizava uma tendência futura do mundo moderno. Não importava a Tocqueville, penso eu, que o momento político era o da universalização formal dos direitos, papel histórico que a Revolução Francesa desempenhava com grandiosidade e grandeza. Mas, como bom filósofo, Tocqueville não pensava o seu tempo e, sim, já o tempo do exercício dos direitos por cada cidadão.

As diretrizes políticas, sociais e ambientais estabelecidas no Fórum Internacional da Rio-92, estatuídas na chamada Agenda 21 Local e, logo depois, na Agenda Habitat, colocam os governos municipais no centro da responsabilidade pública



A DISTÂNCIA DOS INDIVÍDUOS DILUI O RESULTADO DAS MEDIDAS GOVERNAMENTAIS

pelos graves problemas sociais e ambientais que afetam o mundo e que inspiraram o Fórum. Com as "Agendas", cunhou-se a expressão "poder local" como um conceito significativo em si mesmo, numa proposta de se emprestar mais eficácia às políticas públicas.

O termo não embute apenas a noção de competência governamental circunscrita à municipalidade ou ao distrito para se obterem resultados mais rápidos e mais concretos das intervenções públicas. Pressupõe, também, um modelo de governo como ato de gerenciar projetos e estes como planos de ação fundados nos princípios de qualidade técnica, de competitividade e de inclusão das comunidades beneficiárias. São critérios que visam a atrair investimentos de órgãos financiadores e parcerias no setor privado, bem como a incorporação dos indivíduos nos processos de decisão e execução dos projetos, de modo a garantir a perenidade dos seus resultados ou, como preconiza o jargão, a sustentabilidade.

Essa atual tendência política - onde se insere o Projeto Terra - não é fortuita, pois não se dá no vácuo histórico. Emerge da crescente impotência do Estado do Bem-Estar, paternalista, burocrático e centralizado, de gerar bem-estar ou responder às pautas de reivindicações, cada vez mais setorializadas, da sociedade que se orga-

niza com velocidade e exige interlocução nas instâncias de poder.

Os chamados movimentos sociais que se desenvolveram a partir dos anos 60 passaram a constituir um novo agente político que reclama participação direta na produção de políticas, abalando o sistema meramente partidário e representativo. Por sua vez, elites políticas, econômicas e intelectuais de todo o mundo se debruçaram, nas duas últimas décadas, na busca de modelos de governo que dessem conta de responder tais desafios. Esse duplo movimento desmente a tese da década de 80 como perdida, pois aí se formaram as bases para novos formatos de política decisória e de gestão pública, que se consolidam nos anos 90.

As ações governamentais localizadas, que nada têm de antiético à globalização - "pensar globalmente e agir localmente" é uma máxima da Agenda 21 - e a democracia mista, expressa nos conselhos setoriais, nos orçamentos participativos e tantas outras formas de participação direta da sociedade no Governo, são faces de uma mesma moeda cunhada na matriz de uma social-democracia que parece encontrar seu significado liberal.

O fluxo global de informações, mercadorias e decisões engendrado pelo capitalismo pós-industrial dilui fronteiras nacionais para fortalecer identidades e poderes locais. Fortemente baseada e dependente da produção de valores, e não mais apenas de mercadorias, a sociedade pós-industrial tem nas comunidades locais o seu meio ótimo de realização, tanto no que diz respeito à produção de bens materiais quanto à geração de benefícios sociais.

Se as grandes unidades fabris vêm sendo consideradas ineficientes para o atendimento de demandas generalizadas de um mesmo produto, as unidades federais e estaduais do poder público têm enfrentado crescente dificuldade em produzir políticas públicas de massa e altamente segmentadas. As alternativas são sistemas ágeis, pressupondo técnicas de gerenciamento só possíveis em estruturas administrativas enxutas e desburocratizadas, bem como governos assentados em estruturas de poder tanto quanto de entidades civis.

Por tudo isso, o Projeto Terra coloca Vitória em compasso com as questões políticas de fronteira em âmbito mundial, distanciando-a cada vez mais do localismo provinciano, pelo menos no que respeita ao estilo de governo e conceito de política social. E, é bom que se diga, com o Projeto São Pedro, a cuja imagem e semelhança o Projeto Terra foi gerado, representou uma antecipação à Agenda 21, quando sob a administração do ex-prefeito Paulo Hartung o plano de urbanização daquela região consolidou-se e sistematizou-se como ação integrada de governo para o enfrentamento da pobreza, articulando diferentes secretarias e permeando-se à ingerência das comunidades, nos moldes mais atuais de intervenções urbanísticas e sociais.